

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA

RESOLUÇÃO Nº 3/80

Dispõe sobre a apreciação de música pelo CSC.

Considerando que, numa obra contável, é indispensável que a letra seja apreciada juntamente com sua música, a fim de que se tenha uma idéia global, tanto das intenções autorais quanto da estrutura verdadeira da peça musical,

Considerando que este binômio "letra-música" é, portanto, indivisível e inseparável para uma perfeita aferição da obra apresentada,

RESOLVE:

O Conselho Superior de Censura só aceita recurso de letras de músicas, quando acompanhado pela respectiva partitura gravada em K-7, fita ou disco, ou diretamente apresentada ao Conselho por seu intérprete.

Brasília, 15 de agosto de 1980

OCTACIANO NOGUEIRA
Presidente

RICARDO CRAVO ALBIN
Relator

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 1980.

As nove horas do dia vinte e um de julho de mil novecentos e oitenta, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária — CNPP, no quarto andar do Edifício sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros Benjamin Moraes, Francisco Serrano Neves, René Ariel Dotti, Antonio Zappalá, Jason Soares Albergaria, José Danton de Oliveira, Everardo da Cunha Luna, representantes das confederações nacionais da Indústria e do Comércio. Assuntos Gerais, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes: 1) Ofício nº 540, da Promotoria de Justiça, Comarca de Rio Verde — GO, apresentando sugestões sobre o Sistema Penitenciário. 2) Ofício nº 642, do Ministério da Agricultura, encaminhando sugestões do Prefeito de Juramento — MG, para o estabelecimento de Colônias Agrícolas Penais naquele Estado. 3) Ofício nº 383, da Secretaria de Justiça — RS, encaminhando publicações referentes ao CNPP. 4) Ofício nº 253, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, solicitando a Sigla do CNPP. 5) Carta s/nº da Sociedade Amigos do Zoológico Planalto — SP, solicitando estudo sobre o problema carcerário. 6) Ofício nº 259, Câmara Municipal de Goiânia — GO, sugerindo a instalação na Região Amazônica de um Centro Penitenciário para Reabilitação Criminal. 7) Publicação "Pena Privativa da Liberdade", e "O Direito de Execução Penal e as Sete Cabeças de Hidra", do Senhor Conselheiro René Ariel Dotti. 8) Publicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, oferecidas pelo Senhor Conselheiro Benjamin de Moraes, com as seguintes denominações: "Projeto e Ante-Projetos de Código Penitenciário" e "Revista da Faculdade de Direito — UFRJ. 10) Monografias do Senhor Conselheiro Jason Soares Albergaria assim intituladas a) "Os Direitos do Homem no Processo Penal e na Execução da Pena" b) "Sentencing ou Elaboração da Sentença e c) "Problemas do Penitenciário Moderno". 11) Trabalho do Senhor Conselheiro José Danton de Oliveira, apresentado ao VI Congresso dos Advogados do Rio Grande do Sul, em 1976, propondo a instalação em todo o País de cursos de preparação do pessoal penitenciário. 12) Dos Senhores Conselheiros Professores Benjamin de Moraes e Francisco Serrano Neves, o Conselho recebeu minuta de Regimento Interno do CNPP, com o seguinte desdobramento: Capítulo I — "Do Conselho e sua Organização" — Capítulo II — "Da Competência do CNPP" — Capítulo III — "Da Presidência do Conselho" e Capítulo IV — "Da Ordem dos Trabalhos" — Ordem do Dia — Discussão e Análise dos Capítulos I e II do Regimento do CNPP, ficando os demais para serem analisados na próxima reunião ordinária do Conselho. Aprovada a presente ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora. — Bel. Pio Soares Canedo, Presidente — Lucinda Lemos dos Santos Rocha, Assessora

Ministério do Exército

GABINETE DO MINISTRO

No requerimento, de 05 de maio de 1980, em que MARIA ARGÉLIA DE OLIVEIRA requer reconsideração do despacho dado em seu requerimento datado de 19 de Dez 79, solicitando pagamento de quantias a que se julga com direito, dou o seguinte

DESPACHO

1. INDEFERIDO

A petição da requerente não encontra amparo face ao prescrito no Art. 11 da Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia).

Quanto a atualização da pensão militar, a 3ª Região Militar procederá administrativamente o reajuste da mesma, na forma do § 5º do Art 3º da citada Lei da Anistia.

2. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Brasília, DF, 04 de junho de 1980.

WALTER PIRES

No requerimento, de 05 de maio de 1980, em que LYGIA SCHMIDT DA COSTA requer reconsideração do despacho dado em seu requerimento datado de 19 Dez 79, solicitando pagamento de quantias a que se julga com direito, dou o seguinte

DESPACHO

1. INDEFERIDO

A petição da requerente não encontra amparo face ao prescrito no Art 11 da Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia).

Quanto a atualização da pensão militar, a 3ª Região Militar procederá administrativamente o reajuste da mesma, na forma do § 5º do Art 3º da citada Lei da Anistia.

2. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Brasília, DF, 04 de junho de 1980.

WALTER PIRES

No requerimento, de 08 de maio de 1980, em que o Cel Ref CELSO FREIRE DE ALENCAR ARARIPE (010655230-0) solicita reconsideração do despacho dado em seu requerimento de anistia, datado de 06 Dez 79, dou o seguinte

DESPACHO

1. INDEFERIDO

Nada há a reconsiderar, face ao prescrito no artigo 11 da Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979.